

Safrá 2009/10

Propostas para próxima safra

PARCELA SIGNIFICATIVA da agricultura de grãos ainda sofre a seqüela dos problemas ocorridos nas safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06, em consequência de preços aviltados, doenças e adversidades climáticas. Foi um triênio adverso, depois de um período favorável, com muito investimento e expansão na área plantada.

Além da baixa de preços no mercado internacional, houve frustração da colheita decorrente de uma longa estiagem, que provocou uma perda de 12 milhões de toneladas. Por sua vez, o aparecimento da ferrugem asiática nas plantações de soja afetou 512 municípios e ocasionou quebra de 10,9 milhões de toneladas, com gasto

adicional de quase R\$ 10 bilhões para controlar a praga.

Assim, a recente crise internacional, a partir do quarto trimestre do ano passado, com drástica restrição de financiamento, tornou a situação mais crítica e preocupante. Apesar de uma boa comercialização em termos de renda nas safras 2006/07 e 2007/08, a capitalização do agricultor não foi suficiente para bancar o custeio da próxima temporada.

Com uma necessidade de capital de giro da ordem de R\$ 150 bilhões para a safra 2009/10, segundo cálculos da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), existe uma forte

preocupação com a elevação do risco de inadimplência das operações de crédito.

A Resolução nº 2682 do CMN, de 21 de Dezembro de 1999, que trata da provisão de crédito com liquidação duvidosa pelos bancos brasileiros, impede o acesso a novos financiamentos porque o risco da operação aumenta quando há dificuldade de obtenção de empréstimos.

É bem verdade que a Resolução nº 3.499, de 28 de setembro de 2007, também do CMN, permitiu a reclassificação de operações de crédito rural para categoria de menor risco. Para isso, o mutuário deve se manter na atividade regular de produção agropecuária. A decisão, porém, fica a critério da instituição financeira.

Para agilizar esse processo de flexibilização, a proposta é criar um fundo para assumir os riscos das operações repactuadas no âmbito da lei geral de renegociação, a Resolução nº 11.775 do CMN, de 17 de setembro de 2008. Essa regra instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com menor custo do dinheiro provisionado pelos bancos para o produtor. ■

Medidas na mesa de negociação

Durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, realizada neste mês, para discutir a antecipação de recursos para o Plano Safra 2009/10, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, apresentou as seguintes propostas:

- Reclassificação dos riscos de inadimplência das operações de crédito rural para níveis menores;
- Queda dos juros das exigibilidades bancárias;
- Isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o crédito rural;
- Subvenção ao frete da produção;
- Redução do preço do óleo diesel;
- Fim da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre a importação de fertilizantes.

As medidas darão fôlego ao produtor para realizar a próxima safra, que começa em junho, enquanto o setor produtivo, governo e o Banco do Brasil discutem a reformulação de um novo modelo de política agrícola, que seria implantado em médio prazo, como já apresentado por *Agroanalysis*.

Quanto à redução dos atuais 6,75% ao ano nos juros das exi-

gibilidades bancárias, que são as parcelas dos depósitos destinadas ao crédito rural (30% dos depósitos à vista e 70% da poupança rural), há espaço real, diante da perspectiva do Comitê de Política Monetária (Copom) diminuir a taxa Selic, que está em 11,25% ao ano.

Já o fim do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações de crédito rural, que passou a ser cobrado no ano passado em razão da crise financeira internacional, representaria uma economia de R\$ 247 milhões.

A criação de um programa de subvenção ao frete aliviaria os custos para o produtor com a logística, principalmente nos estados mais distantes dos portos, como os do Centro-Oeste. Em relação ao óleo diesel, haveria um corte de 23% no preço e geraria uma redução de gastos da ordem de R\$ 3,4 bilhões.

Por fim, o término da cobrança do AFRMM, destinado ao financiamento da indústria naval, diminuiria os preços dos fertilizantes, uma vez que 70% deles são importados. Hoje, o percentual é de 25% sobre o frete de produtos que desembarcam nos portos brasileiros. A medida representaria US\$ 200 milhões a menos de gastos para a atividade.